

**PROBLEMAS E PROPOSTA
PARA IDENTIFICAÇÃO DA RAIZ EM PORTUGUÊS**

Paulo Mosânio Teixeira Duarte (UFC)
paulodua@gmail.com e paulomos@ufc.br

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir o conceito de raiz considerando dois parâmetros: um, cujos fundamentos têm pontos de vista semânticos em comum: *significado lexical*, *relação com o mundo dos objetos*; outro, cujas bases são formais, particularmente ligadas ao distribucionalismo. Este último tem seu ponto de partida nas idéias estruturalistas de Nida, aperfeiçoadas por estudiosos gerativistas, nomeadamente Basílio e Bessa. Como conclusão, este estudo enfatiza dificuldades em opor léxico/gramática e, quanto à segunda proposta, o problema da não-delimitação de uma língua funcional, já que trabalha no nível do sistema abstrato.

Palavras-chave: raiz; radical; afixo

INTRODUÇÃO

Houve quem propusesse critérios para a identificação da raiz e do radical em outras bases que não a tradicional. Macambira (1978: 8) arrola as preposições (ex: *contra*), as conjunções (ex: *mas*) e as interjeições (ex: *oh!*) como vocábulos inflexivos constituídos de raiz e sufixo zero. Não nos dá, todavia, maiores delineamentos. Na verdade, o conceito de raiz, subjacente aos exemplos, não se funda em uma tomada de posição explícita. Antes, contraria em parte o conceito de *coгнаção*, inerente a uma proposta anteriormente tomada. Isto sem falar no emprego abusivo do zero, que é problemático em morfologia. (cf. Gleason, [s.d.?], p. 80).

**A RAIZ E A DICOTOMIA SIGNIFICADO LEXICAL
X SIGNIFICADO GRAMATICAL**

Muitos autores lidam com a oposição entre significado lexical e significado gramatical, oriunda da dicotomia léxico X gramática. Entre eles, mencionam-se Pottier (1978).

Gostaríamos de deixar bem assente que a oposição significa-

do léxico X significado gramatical ainda está precariamente posta, simplesmente porque a referida oposição se alicerça em concepções diversas acerca da gramática e do léxico. Há os que se apóiam na distinção entre o particular, relativo às designações atribuídas ao mundo dos objetos, e o geral, referente aos procedimentos e às formas que são usadas por uma língua determinada a fim de integrar o léxico nas frases. Outros há que, pretendendo maior objetividade, baseiam-se na dicotomia sistema aberto X sistema fechado. Lobato (1986) a este respeito faz a seguinte reflexão:

No entanto, essa distinção entre sistema aberto e sistema fechado não é uma oposição de tipo privativo (oposição em que um dos termos é caracterizado pela presença de uma dada marca e outro pela sua ausência) e mesmo as unidades consideradas como formadoras de um sistema fechado são às vezes em número incerto, como é o caso das preposições. Por outro lado, são os próprios elementos lexicais (os morfemas lexicais) que entram de um lado na estrutura gramatical para formar unidades maiores (sintagmas e frases) e, de outro lado, no processo da derivação, em que recebem afixos, e no processo da composição, em que se unem a outros lexemas, em ambos os casos para formar novas entidades lexicais. Gramática e léxico situam-se ao longo de um eixo contínuo e se distinguem, ao invés de se oporem. O gênero e o número se colocam no ponto extremo do radical. As preposições, por exemplo, colocam-se numa posição intermediária entre léxico e gramática (1986, p. 74).

Martinet (1973) é ciente da dificuldade em distinguir léxico e gramática e aponta como exemplo a dificuldade em distinguir afixos de modalidades, e afixos de lexemas. Pottier (1978), mesmo apoiado numa estatística rigorosa, apresenta graus de autonomia dos morfemas. Há, por exemplo, os de natureza quantitativa (multi-, bi-), os equivalentes aos relatores (sobre, contra), os integrados (in-, re-) e os desinenciais (gênero, número), isto só para citar os periféricos à direita da raiz.

Parece válida a conclusão de Llorach (1981), de que critérios baseados no sentido para distinguir unidades linguísticas não são válidos, pois o que numa língua se expressa por raízes noutra se expressa por não-raízes. Nem precisamos ir tão longe: basta que tomemos exemplos do próprio português com o sufixo *-eiro*, que pode significar “profissão” (porteiro), “recipiente” (saleiro).

AS RAÍZES PRESAS

Mesmo no descritivismo americano, não se abandonou a concepção de morfema como signo mínimo. Bloomfield (*apud* Dascal, 1978), por exemplo, afirma ser o morfema “uma forma recorrente (com significado) que não pode, por sua vez, ser analisada em formas menores recorrentes (com significado)”. No mesmo espírito, Gleason (s/d, p. 58) observa: “um morfema é a unidade máxima no sistema da expressão que pode ser correlacionada diretamente com alguma parte do sistema do conteúdo”, embora antes (p. 56) tenha afirmado, com mais realismo, não ser possível dar uma definição exata dele. A despeito da definição de morfema, que contempla forma e sentido, surgem, na prática, em análise mórfica, exemplos de formas (como cadeia de significantes), que não correspondem a nenhum significado, relativos a formas provenientes do latim: *receber/conceber/perceber*; *reduzir/conduzir/produzir*. Em língua inglesa, foram amplamente estudados (cf. Bloomfield, 1933, p. 240-42, Harris, 1969, p. 161) e continuaram a ser examinados no gerativismo, sem que se tenha chegado a uma conclusão plausível sobre eles.

Muitos lingüistas se esquivam ao problema, simplificando-o, tendo-o por impertinente em análise sincrônica. Martinet (1973, p. 137), estribado em critério de produtividade (em termos numéricos) e na noção de morfema como signo, julga ser abusivo

...considerar um monema ptg. *-ceber*, extraído de *receber*, *perceber*, *conceber*, já que o utente normal da língua nunca é determinado pela impressão de haver entre estas palavras mais que uma analogia formal e por isso que a existência do monema requer as de um significante e de um significado.

Foi, aliás, uma representante do gerativismo, Basílio (1974a.), que nos preveniu contra os resultados da técnica de comutação levada a extremos:

Com efeito, pelo mesmo processo através do qual chegamos a *-duz-*, *-ceb-* e *-fer-*, poderíamos também estabelecer uma raiz *-cend-*, que apareceria nas formas *recender* e *transcender* ou uma raiz *-cent-*, comum às formas *recente*, *decente* e *discente*. No entanto, tais análises não são aceitas. Dois critérios nos levam a rejeitar esta análise: a não identidade de significado e a ausência de relação histórica. A primeira nos levaria a rejeitar também a análise que nos levou a *-ceb-*, *-duz-* e *-fer-*, na medida em que aí não encontramos um significado comum. A segunda, embora seja utilizada implicitamente em muitas análises, não pode ser levada em

consideração, já que são banidas quaisquer considerações de ordem diacrônica (1974a, p. 85).

Em outro trabalho (Basílio, 1980, p. 26), a autora não acolhe em plenitude a afirmação dos estruturalistas americanos quanto ao caráter sígnico do morfema, justamente porque a análise dos mesmos leva a formas recorrentes, como as supracitadas raízes e os prefixos que as acompanham, mas destituídas de significado. Admite que isto traz como conseqüência a não-diferenciação entre morfema e seqüências fônicas, ponderação em que persevera igualmente no supramencionado artigo.

Em tom moderado e conclusivo, a autora acaba por assumir uma posição intermediária entre as duas atitudes extremas, uma que só contempla o lado sígnico do morfema, e outra, que praticamente abole o significado de raízes e afixos. Arrazoa:

Na realidade, a afirmação de que raízes e afixos não têm significado é tão inadequada quanto a afirmação de que ambos sempre têm significado. Consideremos, por exemplo, o caso clássico de **aggress* em inglês. Esta forma é agramatical para muitos falantes de inglês, mas não há a mínima dúvida sobre qual seja seu significado. O mesmo acontece com a raiz de pares *retribution*/ *retributive*, etc. Quanto a afixos, já vimos anteriormente uma série de casos em português e inglês. Como vemos, o número de raízes e afixos que têm significados reconhecíveis é considerável. (1980, p. 40-1).

Para nós, casos assim são lexicalizações que decorrem de desvios da Regra de Análise Estrutural (que se podem dar nos planos fonológico, morfológico ou semântico). No nosso caso, as raízes presas decorrem de uma *Lexicalização Estrutural*, se dá por redução de sílaba, retiradas de fones etc.

A RAIZ NUMA ABORDAGEM FORMALISTA

A proposta de Nida

Admitindo os conceitos de núcleo e periferia, nos termos de Nida, simplificamos a descrição, porque a raiz constitui sempre um elemento de natureza central. Sempre que possível, salientemos, é bom transpor os conceitos e procedimentos da morfologia flexional para o âmbito da morfologia derivacional, o que não implica fechar os olhos à especificidade desta.

Nida opera com a noção de constituintes imediatos de modo a segmentar os elementos mórficos. Não nutria, todavia, a ilusão de estabelecer *regras*, mas *princípios*.

A razão é que não podemos dizer que uma divisão de morfemas é inerentemente certa e outra errada, mas somente que uma divisão produz uma descrição coerente e relativamente simples de uma língua e que a outra produz um tipo de descrição contraditória e mais complicada. (1949, p. 90-1) [tradução nossa]

Transcrevemos abaixo os princípios formulados pelo autor comentando-os:

Princípio 1:

As divisões deveriam adequar-se às relações significativas.

É o princípio de aplicação mais freqüente, uma vez que somos acostumados a raciocinar mais espontaneamente em termos de sentido que de forma. Nida não descarta o sentido, mas exorta a que tenhamos cautela, porque ele não deve sobrepor-se ao enfoque estrutural das unidades. A advertência procede. De um lado, o critério semântico funciona, como no exemplo *desgostoso*. A interpretação é “cheia de desgosto”, o que conduz a segmentação *desgosto + oso* e não *des + gostoso*. De outro, leva a um impasse na segmentação da forma *desrespeitosamente*. Verificamos que o sentido pode conduzir à formação prefixal ou sufixal e não somente à derivação por sufixo.

<i>Interpretação</i>	<i>Segmentação</i>
não respeitosamente	des + respeitosamente
de modo desrespeitoso	desrespeitosa + mente

Qual segmentação seguir? Afinal ambas as equivalências justificam uma e outra. Tentaremos responder à pergunta ao longo desta exposição sobre os princípios elencados por Nida.

Princípio 2:

As divisões são feitas com base na substituição de unidades maiores por unidades menores pertencentes à mesma classe de distribuição externa ou a uma classe diferente.

Por este princípio, podemos estabelecer um cotejo entre uma forma morfológicamente extensa, de quatro fonemas, por exemplo, e

outra de dois morfemas. Tomemos, por exemplo, o nome substantivo *formalização* e comparemo-la com *violação*:

<i>Substantivos</i>	<i>Segmentação</i>
formalização	formaliza + ção
violação	viola + ção

Princípio 3:

As divisões deveriam ser tão poucas quanto possível". O autor, por este princípio, defende o binarismo como meta ideal, mas não radicaliza.

Em português, o princípio dos constituintes imediatos se aplica mesmo aos parassintéticos, uma vez que o prefixo e o sufixo simultaneamente anexados a um nome substantivo ou adjetivo podem ser interpretados como circunfixos. Um verbo como *aclarar* se nos afigura formação que ainda mantém o princípio que ora nos ocupa. A segmentação é *a-clar(o) + ar*, sendo *a...ar* constituinte descontínuo.

Princípio 4:

As divisões devem ser apoiadas na estrutura total da língua.

Trata-se de um princípio cuja formulação, muito geral, oculta uma dificuldade, reconhecida pelo próprio Nida: a necessidade de conhecer as várias estruturas de uma língua. Aqui temos de nos valer dos contextos mais típicos de uma determinada entidade lingüística.

Pelo princípio 2, sabemos que a melhor divisão para o advérbio *imprudentemente* não é *im + prudentemente*, pois *in-* não se adjuge a advérbio. Basta operar uma comparação:

imprudente + mente	clara + mente
--------------------	---------------

O mesmo se aplica ao verbo *impossibilitar*, que não deve ser segmentado *im + possibilitar*, porém *impossível + itar*, com alomorfa de radical, como atestam os exemplos:

impossível + itar	débil + itar	fácil + itar
-------------------	--------------	--------------

Princípio 5:

Entre uma divisão em constituintes imediatos contínuos e outra em constituintes imediatos descontínuos, a preferência deve ser dada à primeira análise.

Para o nosso intento, não julgamos necessário ilustrar o referido princípio.

Como vemos, a identificação do radical e da raiz tem suas diretrizes traçadas por Nida, no âmbito do estruturalismo, em consonância com dois parâmetros: os constituintes imediatos e os princípios supra-estabelecidos. A preocupação com a ordenação das sucessivas divisões binárias e com os princípios que a regem não é exclusividade dos autores ligados ao gerativismo.

Os estudos de Nida são, porém, ainda preliminares com respeito à identificação da raiz e dos afixos. O autor não nos dá pistas para distinguir raízes de afixos, porque, baseado apenas na posição, não nos fornece meios para identificá-las.

A proposta de Basílio

Analisando o conceito tradicional de raiz, segundo o qual é a parte da palavra que contém o significado principal, Basílio (1974b, p. 6) conclui que os critérios para definir o que é principal e o que é acessório, na análise vocabular, esbarram em aporias. Em *mesas*, por exemplo, não há dúvida de que *mesa* contém o significado básico enquanto *-s* apresenta um significado acessório. Já em *cigarreira*, o significado principal estaria no sufixo.

Realmente os gramáticos tradicionais não oferecem parâmetros para definir o que é essencial e o que é acessório em análise mórfica. Eles se referem somente ao significado que se mantém constante, por exemplo, na série *livraria/livreiro/livreto*.

Basílio procurou aperfeiçoar os conceitos de raiz e não-raiz presentes em Nida. Para chegar ao fim pretendido, burilou os conceitos de núcleo e não-núcleo. Para a autora, raiz e núcleo não se confundem senão em casos em que aquela constitui núcleo mínimo.

Basílio aduz os seguintes critérios operacionais:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- a) são raízes os elementos mórficos passíveis de ocorrência isolada;
- b) são raízes os elementos que servem de base para a formação de derivados.

Pelo critério a), constituem raízes os primeiros constituintes de *sobrevoar* e *contra-atacar*, uma vez que, segundo a autora, podem funcionar como formas livres, como mostra o diálogo criado por nós:

- 1) Qual sua posição nesta votação?

Contra.

- 2) Ponho o livro sobre a mesa ou ao lado?

Sobre.

A correspondência entre estes elementos e os prefixos não passou despercebida a muitos autores. Saussure (1977, p. 218) afirma que muitos prefixos funcionam como preposições. Camara Jr. (1968), verbete *prefixo*, trata o afixo inicial como variante presa das formas dependentes chamadas preposições, embora sob o nome de prefixo coloque formas como *des-* e *in-* negativo.²² Macambira (1978, p. 70) e Monteiro (1986, p. 90), abrandando a posição de Camara Jr., consideram que só alguns prefixos são usados às vezes como formas livres ou dependentes, a exemplo de *contra* (contradizer), *extra* (extraordinário), *menos* (menosprezar), *com* (combater), *sobre* (sobrevoar), *entre* (entrecruzar).

A posição de Basílio evoca-nos o parecer de Martinet:²³

²² Autores há como Barbosa (1981) que também têm o prefixo como variante combinatório da preposição, quando um termo da relação actancial não é expresso. A autora vale-se mormente da substância do conteúdo, pois admite que não só na parassíntese (empacotar, emgomar) há prefixo como variante, mas também nas formações que ela chama prefixo-partícula (subjazer).

²³ A semelhança só é parcial porque leva em conta a equivalência com formas livres e não considera o segundo critério, aludido por Basílio, o ser base de derivados. Em casos de formações constituídas de forma presas, como *termômetro*, não teríamos nem derivação nem composição. Já em forma presa mais forma livre, a exemplo de *hidromassagem* teríamos o primeiro elemento como prefixo, já que ele é amplamente produtivo: *hidroginástica*, *hidroterapia*, *hidromineral*, *hidromel*, *hidroplano*, *hidromecânico*, *hidrotermico*, *hidrotermal*, *hidrovia*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Podemos resumir-se do seguinte modo a diferença entre composição e derivação: os monemas que formam o composto existem fora de compostos; dos que entram nos derivados há um só que só existe em derivados – o tradicionalmente chamado afixo (1973, p. 136).

Podemos agora tomar uma posição quanto à proposta de Basílio, ancorada na relação do constituinte com a forma livre.

O critério de número 1, encarado em seus aspectos puramente mecânicos, leva-nos a concluir que *contra* em *contra-atacar* é raiz (ou radical, no caso), porque pode ser empregado como forma livre. Mas como bem observou Carvalho (1974), em nota de pé de página, a propósito de um exemplo em francês, *contredire*:

A formulação <<plusieurs préfixes fonctionnent comme mots indépendants>> é evidentemente infeliz, porque a identidade material de *contre-* em *contredire* e *contre-* em <<agir contre quelqu'un>> não implica identidade significativa (tratando-se pois nos dois casos do mesmo signifiante em funções diversas) e muito menos que o segundo *contre-* seja o prefixo em função de preposição. (1974, p. 548).

O parecer supra (conjugado ao critério de produtividade numérica) é aceito por Sandmann (1989), que, considerando a identidade formal entre certos afixos e preposições, prefere classificar os primeiros como prefixóides, enquadrados no fenômeno da semiderivação. Em suma, os elementos correspondentes a preposições não são raízes, porque estamos falando de funções distintas no plano lexical: *contra-em contra-atacar*, não tem o caráter de morfema relacional.

No tocante ao segundo critério, ressaltemos, Iorgu e Manoliu (1980) já tinham observado a correspondência entre as formas como *electro-* e *tecno-* (romeno *electro* e *tehno*) e as formas *elétrico* e *técnico*, embora preferissem trata-las como pseudoprefixos.

As teses de Basílio não deixaram de ter repercussão. Monteiro (1986, p. 128-30), por exemplo, as admite. Para ele, *extra* e *contra*, por serem usados freqüentemente como formas livres na atual sincronia do português, foram promovidos à condição de raiz.

Monteiro também admite o critério de número 2. Em virtude deste, *super-* é raiz porque daí resulta *superar*. Pergunta-se quem tem sabe da entre *super* e *superar* a não ser o conhecedor de diacronia do português.

No que concerne à coerência, Monteiro deixa a desejar, diferentemente do que ocorre em Basílio. Em um e outro passo, diverge das sugestões da autora, quando sugere que *sobre*, *contra* e *perante*, por serem verdadeiros núcleos de significação, em oposição a outras preposições, como *de* e *a*, devem ser raízes. O argumento aí deixa seu cunho operacional e assume caráter semântico.

Trabalho de maior peso é o de Bessa (1986), que, embora acate as sugestões de Basílio, não só as desenvolve apropriadamente, como também faz suas contribuições pessoais.

A proposta de Bessa

Bessa (1986) desenvolve as contribuições de Basílio em sua tese doutoral sobre os compostos. Desenvolve o conceito de *complexo morfológico*, definido como uma seqüência de monemas simultâneos. A simultaneidade implica relação de dependência mútua e não requer que a seqüência seja necessariamente contínua ou descontínua. “É *simultâneo*, portanto, tudo que, apesar de constituído por mais de dois monemas, representa uma *unidade para determinada função* e/ou uma escolha única”. (1986, p. 180). A simultaneidade impede a comutação de qualquer monema com outro monema fora da seqüência.

Analisabilidade é outra palavra-chave, sendo analisável todo item lexical cujos constituintes são passíveis de uma pronta associação com elementos que recorrem, com a *mesma forma*, em outras formações, não prevalecendo a condição de que os constituintes têm de identificar-se como *signos*, ou seja, como elementos que têm a *mesma forma* e a *mesma denotação* de elementos ocorrentes em outros contextos.

A afirmação pode ser resumida no seguinte princípio: a identidade de forma prevalece sobre a identidade de sentido. Não é tese pacífica, em virtude da franca postulação formalista e distribucionalista, que leva o autor a colocar o aspecto semântico como secundário ao formal. Atitude corajosa, convenhamos, mas desperta receios pelos riscos a que o distribucionalismo pode levar.

Complementarmente ao princípio da prevalência da forma

sobre o sentido, postula o da função (sintática) sobre a forma.²⁴ Sendo o complexo uma escolha única, não há motivo por que desdobrar os componentes em núcleos, complementos ou adjuntos.

Eis o resultado a que chega o autor, conjugando os conceitos de analisabilidade e simultaneidade, forma e função:

- a) um item lexical será considerado complexo morfológico, se for sincronicamente analisável em pelo menos duas partes;
- b) uma análise nos termos acima é exequível se as partes forem recorrentes noutros contextos vocabulares, ressaltando-se o princípio da prevalência da forma sobre o sentido;
- c) recorrendo uma das partes noutros contextos e a outra apenas em um outro contexto (ex: *arga-* de *argamassa*, em *argamandel*), o item lexical será considerado um pseudocomplexo;
- d) sendo uma das partes *hápax legómena* (ex.: *silgo*, em *pin-tassilgo*), o item lexical é um pseudo composto;
- e) não se acha incluído na restrição acima o monema *man-*, de *manobra*, pois a associação do mesmo com o *man-*, de vocábulo como *mancheia*, *maneiro*, *manejar*, *maneta*, *manicurto* e *manita* é pronta na perspectiva do usuário-ideal e provável na do usuário comum;
- f) um determinado complexo, cujos constituintes imediatos são, ao mesmo tempo, os seus constituintes últimos (*arame farpado*, *bode expiatório*, *cavaleiro andante*, *ponte levadiça*) é complexo morfológico se não se apresentar no léxico evidência em favor de mais de um nível de análise;
- g) um complexo morfológico é vocábulo composto, se se submete à condição f);
- h) se há evidência paradigmática no léxico, como *agricultor/agricultura*, *bem-aventurança/bem-aventurar*, casos em

²⁴ O autor não descarta o fator extralingüístico na relação forma/função: a causa da inferência de que determinada seqüência monemática graficamente representa uma escolha única está no referente.

que o sufixo se mostra isolável, o item lexical é um complexo morfológico, mas não vocábulo composto e sim vocábulo derivado;

- i) se o item próprio de um discurso particular constitui formação nova (*auriflamado*), que se relaciona paradigmaticamente com outro complexo morfológico mais simples (*auriflama*), o item deverá ser classificado como derivado.

São questionáveis as postulações contidas em c) e d), que conduzem à detecção dos elementos *arga* (de *argamassa*) e *silgo* (de *pintassilgo*). Não sabemos como relacionar sincronicamente muitas formas em *man-*: *maneiro*, *manejar*, *manobra*. O expediente controverso e cômodo do usuário-ideal vem a calhar, é *ad hoc*. Há também certo detalhismo no modo de Bessa conduzir o raciocínio. Basta verificar que o item i) poderia simplificarmente ter sido incluso em h). Ademais, raciocinando em termos de sistema, o autor inclui formas de registro hiperformal entre seus estudos.

As teses de Basílio, aceitas em essência, evitam a adoção de um critério extralingüístico e resolvem, para o autor, problemas de formação como *contra-ataque*, *sobrevoar* e *entrever*, dadas como composições. Bessa não atenta para a diferença entre o primeiro elemento e as preposições correspondentes.

O estudioso tenta resolver o problema de formações com raízes presas como *termômetro*, sobre as quais Martinet (1973, p. 137) se referia como fronteiriças entre a derivação e a composição

Bessa prefere falar de composição, já que *metr(o)* se associa a *métrico* e *term(o)*, a *térmico*. *Hidr(o)* e *eletr(o)* (hidromassagem, eletrodoméstico) são igualmente raízes, já que bases de derivados: *hídrico*, *elétrico*. Registre-se que o número de sufixos associados a bases presas é bem limitado: *-ico*, *-al*, *-eo*, *-ismo*, *-ista*, entre outros poucos.

Tratando de forma e distribuição, Bessa admite um terceiro critério, fundado na possibilidade de um constituinte poder ocupar mais de uma posição no corpo de um vocábulo, a exemplo de *filo*: *filocomunista/francófilo*, e de *fono*: *fonógrafo/hipnofono*.

Esse tipo de mobilidade distribucional não é uma novidade.

Chevalier *et al.* (s/d., p. 56-7) reconhecem elementos móveis mas assinalam que as formações são limítrofes entre a composição e a derivação:

Examinemos a palavra *pitecantropo*: nenhum dos elementos que a constitui tem existência autônoma no léxico. Não se pode, portanto, falar nem de composição nem de derivação; seria aliás muito difícil considerar *pitec-* como prefixo e *-antropo* como sufixo, uma vez que no sinônimo *antropopiteco* a ordem deles é invertida. Trata-se de um modo de formação particular, onde os elementos, de origem latina e sobretudo grega, somente se manifestam em união uns com os outros. [tradução nossa]

Iorgu e Manoliu (1980, p. 48) também conhecem a mobilidade, como a de *filo*: *filofrancez*, *filogerman*, *francofilo*, *germanofilo*. Destacam o fenômeno como “peculiaridade desconhecida dos prefixos”, embora tratem o elemento como pseudoprefixo.

Sandmann (1989) igualmente assinala a mobilidade de elementos como *filo*, mas prefere admitir, coerente com o princípio da formação em série, sufixo em *germanófilo* e prefixo em *filogermânico*.

Gleason (s/d), um estruturalista, teve, do mesmo modo, um bom vislumbre do fenômeno, embora não leve suas conclusões às últimas esperadas conseqüências para explicitar uma teoria dos compostos:

Na verdade, não se revela satisfatório dividir *thermometer* como *thermo-meter*, nem como *therm-ometer*. A comparação com *isotherm* indica-nos que *therm* é um morfema. *Meter* tem existência autônoma como palavra. Logo, nem *thermo-* nem *-ometer* são morfemas simples. (s/d, p. 64-5)

Mateus *et al.* (1990, p. 432-33) aludem a um tipo de radicais, bastante produtivo na formação de novas palavras. Chamam-nos neoclássicos e exemplificam com *antrop*, *fil*, *graf*, *log*, *morf*.

Estes elementos são habitualmente referidos como prefixos ou sufixos, ou ainda como primeiros ou segundos elementos de compostos. Mas o seu comportamento é distinto do dos afixos, uma vez que, em determinados casos, eles se podem associar entre si, o que não acontece nunca com os afixos isoladamente.

Exemplifique-se:

Como vemos, as propostas de Bessa, em seu conjunto, não surgiram do nada. Tampouco tiveram origem em Basílio. Coube ao autor, todavia, enfeixá-las e sistematizá-las de modo a lançar os ali-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

cerces para a identificação de elementos de composto e de derivação. Sob o nome *mobilidade distribucional*, entende-se um conjunto de possibilidades de distribuição de um constituinte. É considerado, para o autor, elemento distribucional móvel:

- a) todo elemento reversível em uma estrutura vocabular, a exemplo de *antropo* e *filo*, já comentados;
- b) todo elemento distribuível fora de uma estrutura vocabular, a exemplo de *ante*, *contra*, *entre* e *sobre*;
- c) todo elemento que, embora irreversível em uma estrutura vocabular ou não distribuível fora da referida estrutura, é contextualizável por elemento que não satisfaz às condições a) e b), isto é, capaz de ser base de derivados.

As três condições não são necessárias no conjunto. Basta que uma delas ocorra. Assim, *antropo* pode ocupar mais de um posição: *antropologia* e *filantropo*. Engendra derivados: *antrópico* e *antropóide*. *Filo* se caracteriza apenas pelo primeiro tipo de mobilidade e *ante* pelo segundo.

Algumas formações dadas por Bessa, para comprovar a condição de raiz de dado elemento, não seriam aceitas por muitos. Objetar-se-ia que alguns exemplos são de linguagem técnica e que o autor, numa ótica de sistema, misturou distintos planos de língua. Exemplos para isso são formas confinadas a um dado registro, como *aeróide*, *extrário* (termo da botânica: diz-se, segundo o Aurélio, do embrião que está fora do perispermo), *anidro* (termo da química: sem água), *monismo* (termo da filosofia: doutrina filosófica segundo a qual o conjunto das coisas pode ser reduzido à unidade, quer do ponto de vista de sua substância, quer do ponto de vista das leis pelas quais o universo se ordena), *ultraísmo* (do espanhol *ultraismo*: o estilo de vanguarda da poesia espanhola e hispano-americana do século XX).

Linguístas como Sandmann não aceitariam muitas formações por razões etimológicas: *autismo* (ligado a *auto*) é originário do francês *autisme*, *ultraísmo*, do espanhol e *extrário*, do francês *extraire*,

este do latim científico *extrariu*. Tais razões são controversas.²⁵ O que deve ser levado em conta é, de um lado, a percepção dos constituintes em sincronia, fato nem sempre mensurável com exatidão por causa da variedade *real* na competência lexical e pela interferência de fatores semânticos; de outro, o problema também *real* do registro.

Formalismo excessivo à parte, decorrente da prevalência da forma sobre o sentido, a tese de Bessa tem inegáveis méritos. Em termos de método, não mistura plano da expressão e plano do conteúdo, o que conduz a resultados díspares porque viciados na base. Não nega o sentido, só não confere a ele na hierarquia criterial.

O problema é que, em certo ponto de análise, o sentido interfere, devido à opacidade que incide sobre esta ou aquela forma e/ou à condição de inexpandibilidade de um dado constituinte. Há necessidade de temperar, de mitigar o princípio da prevalência da forma sobre o sentido, não para invertermos e apregoarmos confusamente um princípio inverso, mas para sabermos em que medida o princípio, que é um corte, sofre restrições ou Provavelmente assim, seremos capazes de gradualmente identificar a interface da morfologia com a semântica e a interferência do significado. O conceito de *língua funcional* se faz necessário.

Quanto à tese da mobilidade distribucional, o que temos a dizer se põe aqui de novo como síntese. Em primeiro lugar, a correspondência com formas livres tem que ser repensada de modo a não confundir formas materialmente idênticas, mas funcionalmente distintas: é o caso de *sobre*, *contra* e *entre* que ora são preposições, ora prefixos, e não prefixos funcionando como preposições ou vice-versa. Também não são raízes em nenhuma condição. Como elementos de ocorrência isolada, são simplesmente formas livres. Como elementos de primeira posição em uma formação, são prefixos.

Em segundo lugar, o critério 2, que associa raiz à base de derivação, é susceptível de ser contestado por muitos autores por levar

²⁵ Se levada em consideração apenas a influência de idiomas estrangeiros, ficamos impossibilitados de analisar formações que, a despeito da influência, sofrem expansão. Como avaliar então compostos genitivos baseados em modelos do inglês, como *fã-clube* e *discomania*? Como avaliar compostos cujos paradigmas são latinos: *cafeicultura*, *cotonicultura*, *vinicultura*? (cf. Bessa, 1978, p. 60-5).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

à admissão de afixos improdutivos como *-ior* (de *inferior*, *superior*, *exterior*, *interior*), *-no* (de *superno*, *trino*), *-emo* (de *supremo*, *extremo*) e até bases como *-ter-* (de *interior* e *exterior*).

Em terceiro lugar, o critério fundado na possibilidade de um elemento ocupar a primeira ou a segunda posição também se revela fecundo, considerando padrões em expansão, no português. Para nós, sua aplicação é mais profícua no estudo das formações técnico-científicas. O critério é sincronicamente pertinente para distinguir as formações neoclássicas das vernáculas.

Vistas no conjunto, as sugestões de Basílio e Bessa, que aperfeiçoam as de Nida, oferecem boas pistas para discernir o que é raiz e o que é afixo. Evitam-se assim longas listagens de afixos e radicais, que variam de gramática para gramática, simplesmente porque elas se limitam à derivação e não oferecem critérios para separar raiz de não-raiz.

Uma saída alternativa seria o significado: raízes conteriam significado referencial e afixos não. Mas o que é significado referencial? *Eu-* em *eufonia* e *dis-* em *disfonia* não o têm? *-Ífero*, em *sonífero*, não apresenta o significado ‘que produz’ e *-ificar*, em *santificar*, não quer dizer ‘tornar’?

Outro critério seria este: prefixos correspondem a preposições e advérbios. Mesmo aceitando a referida correspondência, ela só pode ser aferida à luz da etimologia, tomando-se como exemplo os constituintes de origem grega. É o caso de formas como *eu-* (bem) e *epi-* (sobre), em que a correspondência se dá somente no plano do conteúdo.

É, aliás, por via diacrônica, que a gramática de Cunha e Cintra (1985: 105) arrola como radicais os seguintes constituintes de origem latina: *cida* (ligado ao verbo *caedere*, ‘matar’), *cola* (ligado a *colere*, ‘habitar’), *fero* (de *ferre*, ‘produzir’), *fico* (de *facere*, ‘fazer’), *gero* (de *gerere*, ‘produzir’). Em primeiro lugar, as formas a serem citadas são mais exatamente *icida*, *ífero*, *ífico*, *ígero*. Não há meios sincrônicos de se destacar uma vogal de ligação *-i-*. Em segundo lugar, não se trata de raízes, mas de sufixos, porque não há como estabelecer conexão com formas livres senão através do conhecimento do latim.

O critério da produtividade é descartável por ser extralinguístico e contingente. A produtividade em termos numéricos nada garante, é fluido: uma forma tem frequência imprevisível e pode alçar-se à condição de raiz por um acidente puramente estatístico.

O critério formal parece adequado, descontadas as restrições que fizemos quanto à questão das formas de recorrência única e à visão de sistema abstrato, em que se faz *tabula rasa* da língua funcional. Acrescentamos somente aos três critérios formais aludidos e devidamente comentados, um quarto, meio à margem, que poderíamos chamar *critério indireto*. Sabemos que uma palavra bimorfemática tem as seguintes possibilidades estruturais: raiz[^]raiz, raiz[^]suf, pref[^]raiz. Se numa estrutura dual, um dos elementos é prefixo ou sufixo, o outro elemento é raiz. Seja, por exemplo, a palavra *dialeto*. Sabemos que *dia-* é prefixo. Mas *leto* não sofre, ao que nos consta, mobilidade em nenhuma das suas três manifestações. Todavia, pelo critério indireto, *leto* só pode ser raiz.

CONCLUSÃO

Se de um lado, como vimos, as propostas fundadas na oposição entre o extralinguístico X intralinguístico, para a identificação da raiz, é controversa porque prefixos em geral e alguns sufixos têm significado referencial. De outro lado, a noção de significado léxico x significado gramatical é controversa porque a distinção entre léxico e gramática não é rígida, antes se põe num *continuum*.

As propostas formalistas, mormente a de Basílio e a de Bessa, que desenvolvem a de Nida, baseadas numa visão de sistema, podem suscitar vários debates: a indiferença aos registros das formas e a inserção de formações científicas em meio àquelas pertencentes ao léxico comum. O problema poderia, a nosso ver, ser sanado se delimitássemos a língua funcional das formações para não pormos no mesmo patamar formas científicas e filosóficas junto àquelas de uso corrente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Maria Aparecida. *Língua e discurso: contribuição aos estudos semântico-sintático*. São Paulo: Global, 1981.

BASÍLIO, Margarida. Segmentação e classificação de morfes. **In:** *Estudos de lingüística e língua portuguesa I*. Rio de Janeiro: [s.e.], 1974a. (Cadernos da PUC-RJ).

———. Operacionalização do conceito de raiz **In:** *Estudos de lingüística e língua portuguesa I*. Rio de Janeiro, 1974b. (Cadernos da PUC-RJ).

———. *Estruturas lexicais do português: uma abordagem gerativa*. Petrópolis: Vozes, 1980.

BESSA, José Rogério Fontenele. *Para um estudo sobre nomes compostos no português atual*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ, 1978. (Dissertação de Mestrado).

———. *A composição nominal e a adjetiva: problemas e métodos*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ, 1986. (Tese de Doutorado)

BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. New York: Henry Holt and Company, 1933.

———. Um conjunto de postulados para a ciência da linguagem. **In:** DASCAL, Marcelo. *Concepções gerais da teoria lingüística*. Campinas: IEL, 1978.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de filologia e gramática*. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1968.

CARVALHO, José Gonçalo Herculano de. *Teoria da linguagem*. Coimbra: Atlântida, 1974, v. 2.

CHEVALIER, Jean-Claude et al. *Grammaire du français contemporain*. Paris: Larousse, 1987.

CUNHA, Celso Ferreira da e CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

GLEASON JR., H. *Introdução à lingüística descritiva*. Lisboa: Ca-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos

Iouste Gulbenkian, [s/d].

HARRIS, Zellig S. *Structural linguistics*. Chicago & London: Phoenix Books, 1969.

IORGU, Iordan y MANOLIU, Maria. *Manual de lingüística románica*. Madrid: Gredos, 1980.

LLORACH, Emilio Alarcos. *Gramática estructural*. Madrid: Gredos, 1981.

LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. *Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação*. Belo Horizonte: Vigília, 1986.

MACAMBIRA, José Rebouças. *Português estrutural*. São Paulo: Pioneira, 1978.

MARTINET, André. *Elementos de lingüística geral*. Lisboa: Sá da Costa, 1973.

MATEUS, Maria Helena Mira *et al.* *Fonética, fonologia e morfologia do português*. Lisboa: Universidade Aberta, 1990.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia portuguesa*. Fortaleza: EUFC, 1986.

NIDA, Eugene A. *Morphology the descriptive analysis of words*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1949.

POTTIER, Bernard. *Lingüística geral: teoria e descrição*. Rio de Janeiro: Presença, 1978.

SANDMANN, Antônio José. *A formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. Curitiba: Ícone, 1989.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1977.